

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Calango 2 Energia Renovável S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Calango 2 Energia Renovável S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Calango 2 Energia Renovável S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 6 de março de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Gabriela Rocha Werberich
Gabriela Rocha Werberich
Contadora
CRC nº 1 RS 079489/O-4



Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025

CALANGO 2 ENERGIA
RENOVÁVEL S.A.

Sumário

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	6
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
BALANÇO PATRIMONIAL	9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	11
2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	17
4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	19
5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS.....	19
6. RESULTADO FINANCEIRO	20
7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	20
8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	21
9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS.....	22
10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	23
11. IMOBILIZADO.....	23
12. FORNECEDORES	24
13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	24
14. PROVISÕES, OUTRAS OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	27
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	29
16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	31
17. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	34

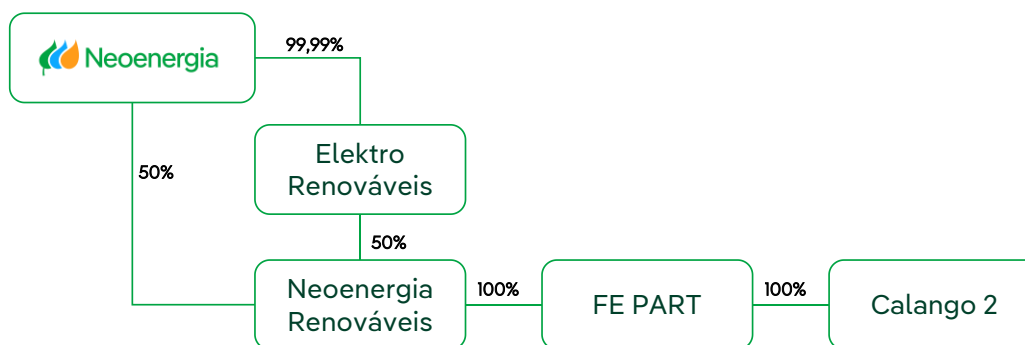
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados,

Ao apresentar os resultados de 2025, a Calango 2 Energia Renovável S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2026, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

1. CALANGO 2

A Companhia Calango 2 Energia Renovável S.A. é uma sociedade de propósito específico (SPE), cuja totalidade das ações pertence à Força Eólica Participações S.A. Esta, por sua vez, tem em sua composição acionária a Neoenergia Renováveis, da qual são acionistas a Neoenergia (50%) e a Elektro Renováveis (50%). Calango 2 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Calango 2, produto do 2º Leilão de Fontes Alternativas promovido em 2010 pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, localizado no município de Bodó (RN).



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Calango 2 recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Portaria nº 292 de 06/05/2011, expedida pelo Ministério de Minas e Energia, pelo prazo de 35 anos.

O Parque Eólico firmou com 14 distribuidoras do setor de energia elétrica, Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, com início de suprimento em 01 de setembro de 2013 e vigência até 31 de agosto de 2033.

Calango 2 possui 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 30 MW e energia contratada de 12,8 MWm. Em 30 de janeiro de 2016, o parque teve sua operação comercial iniciada e em 2025, Calango 2 gerou 106.170 MWh (no centro de gravidade do SIN), estando sua operação sob coordenação do ONS – Operação Nacional do Sistema Elétrico.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2025	2024	Variação %
Receita Operacional Bruta	34.005	30.233	12,48
Receita Operacional Líquida	30.550	26.841	13,82
Lucro Operacional	17.281	14.388	20,11
EBITDA	22.118	18.713	18,20
Resultado Financeiro	1.846	(2.132)	(186,59)
Lucro Líquido	16.723	10.466	59,78
Margem Operacional (%)	56,57%	53,60%	2,96
Margem EBITDA (%)	72,40%	69,72%	2,68
Margem Líquida (%)	54,74%	38,99%	15,75

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽²⁾	dez/25	dez/24	Variação %
Ativo Total	121.855	115.654	5,36
Dívida Bruta	26.344	31.569	(16,55)
Dívida Líquida ⁽³⁾	(8.296)	3.191	(359,98)
Patrimônio Líquido	77.184	64.433	19,79

⁽²⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

⁽³⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

Indicadores Financeiros de Dívida	dez/25	dez/24	Variação %
Dívida Líquida/EBITDA ⁽⁴⁾	(0,38)	0,17	(319,96)

⁽⁴⁾ EBITDA dos últimos 12 meses

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

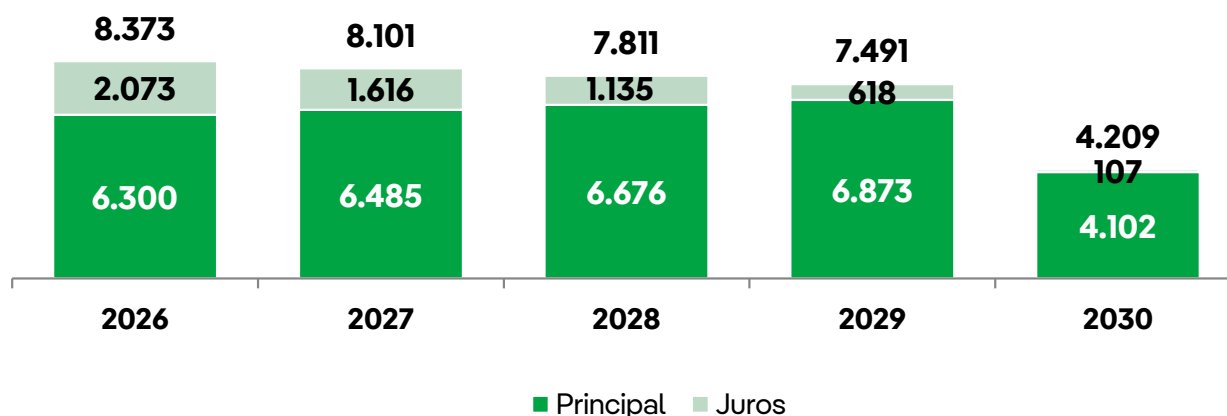
Conciliação EBITDA R\$ mil ⁽¹⁾	2025	2024	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro líquido (A)	16.723	10.466	6.257	59,78
Receitas financeiras (B)	4.113	2.462	1.651	67,06
Despesas financeiras (C)	(2.283)	(4.609)	2.326	(50,47)
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	16	15	1	6,67
Imposto de renda (E)	(2.404)	(1.790)	(614)	34,30
Depreciação (F)	(4.837)	(4.325)	(512)	11,84
EBITDA = (A-(B+C+D+E+F))	22.118	18.713	3.405	18,20

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

4. ENDIVIDAMENTO

A companhia possui 100% do volume da sua dívida contratada junto ao BNDES com amortizações lineares ao longo dos anos.

(Em R\$ mil)



5. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda ("Deloitte"), firmado em 30/12/2021, com vigência de 60 meses.

Em 2025, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 13.414 referentes à auditoria das demonstrações financeiras.

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Calango 2 Energia Renovável S.A. ("Calango 2"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Calango 2 e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Calango 2.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Calango 2 sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita operacional, líquida	3	30.550	26.841
Custos		(12.940)	(11.760)
Custos com energia elétrica	4	(3.109)	(2.941)
Custos de operação	5	(9.831)	(8.819)
Lucro bruto		17.610	15.081
Perda de crédito esperadas	9.1	-	1
Outras despesas gerais e administrativas	5	(329)	(694)
Lucro operacional		17.281	14.388
Resultado financeiro	6	1.846	(2.132)
Receitas financeiras		4.113	2.462
Despesas financeiras		(2.283)	(4.609)
Outros resultados financeiros, líquidos		16	15
Lucro antes dos tributos		19.127	12.256
Tributos sobre o lucro	7.1.1	(2.404)	(1.790)
Corrente		(2.404)	(1.790)
Lucro líquido do exercício		16.723	10.466

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	16.723	10.466
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	-	-
Resultado abrangente do exercício	16.723	10.466

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	16.723	10.466
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	4.837	4.325
Tributos sobre o lucro	2.404	1.790
Resultado financeiro, líquido	(1.846)	2.132
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(213)	1.005
Fornecedores e contas a pagar	(2.482)	2.567
Outros tributos a recuperar (recolher), líquidos	(796)	(450)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	2.773	3.674
Outros ativos e passivos, líquidos	(4.427)	(1.859)
Caixa gerado nas operações	16.973	23.650
Encargos de dívidas pagos	(2.497)	(2.960)
Rendimento de aplicação financeira	4.113	2.450
Pagamento de juros – Arrendamentos	(128)	(355)
Tributos sobre o lucro pagos	(1.675)	(1.242)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	16.786	21.543
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(4.231)	(4.325)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(7.472)	(11.587)
Resgate de títulos e valores mobiliários	5.257	5.108
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(6.446)	(10.804)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(6.126)	(6.025)
Depósitos em garantias	136	31
Pagamento de principal – Arrendamentos	(300)	(53)
Remuneração paga aos acionistas	(2.486)	(2.843)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(8.776)	(8.890)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	1.564	1.849
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.503	9.654
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	13.067	11.503
Transações que não envolveram caixa:		
Provisão para desmantelamento	2.235	113
Provisão ambiental	558	(7)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	13.067	11.503
Contas a receber de clientes e outros	9	3.072	2.859
Tributos sobre o lucro a recuperar		116	99
Outros tributos a recuperar		-	9
Outros ativos circulantes		265	247
Total do circulante		16.520	14.717
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	10	21.573	16.875
Depósitos judiciais	14.1	9	8
Direito de uso		2.018	2.044
Imobilizado	11	78.825	81.473
Intangível		1.057	537
Outros ativos não circulantes		1.853	-
Total do não circulante		105.335	100.937
Total do ativo		121.855	115.654
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar	12	882	3.364
Empréstimos e financiamentos	13	6.309	6.166
Passivo de arrendamento		440	418
Tributos sobre o lucro a recolher		230	288
Outros tributos e encargos setoriais a recolher		371	372
Dividendos a pagar	15.2	3.972	2.486
Provisões e outras obrigações	14	8.704	5.312
Outros passivos circulantes		209	209
Total do circulante		21.117	18.615
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	20.035	25.403
Passivo de arrendamento		2.103	2.061
Provisões e outras obrigações	14	1.400	5.131
Outros passivos não circulantes		16	11
Total do não circulante		23.554	32.606
Patrimônio líquido	15		
Atribuído aos acionistas da Companhia		77.184	64.433
Total do patrimônio líquido		77.184	64.433
Total do passivo e do patrimônio líquido		121.855	115.654

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Reservas de Lucros			Lucros acumulados	Total
		Capital Social	Reserva legal	Reserva para Investimento		
Saldos em 31 de dezembro de 2024		40.895	5.308	18.230	-	64.433
Lucro líquido do exercício		-	-	-	16.723	16.723
Destinações do Lucro Líquido:						
Constituição de reservas de lucros	15.3	-	836	11.915	(12.751)	-
Remuneração aos acionistas	15.2	-	-	-	(3.972)	(3.972)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		40.895	6.144	30.145	-	77.184
Saldos em 31 de dezembro de 2023		40.895	4.785	10.773	-	56.453
Lucro líquido do exercício		-	-	-	10.466	10.466
Destinações do Lucro Líquido:						
Constituição de reservas de lucros	15.3	-	523	7.457	(7.980)	-
Remuneração aos acionistas	15.2	-	-	-	(2.486)	(2.486)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		40.895	5.308	18.230	-	64.433

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Calango 2 Energia Renovável S.A. (“Calango 2” ou “Companhia”) é uma sociedade de propósito específico (SPE), cuja totalidade das ações pertence à Companhia FE Participações S.A. Esta, por sua vez, tem em sua composição acionária a Companhia Neoenergia Renováveis S.A., da qual são acionistas a Neoenergia S.A. (50%) e a Elektro Renováveis S.A. (50%). Calango 2 Energia Renovável S.A. é proprietária do projeto eólico Calango 2, produto do 2º Leilão de Fontes Alternativas promovido em 2010 pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, localizado no município de Bodó (RN).

A Companhia recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Portaria nº 292 de 06/05/2011, expedida pelo Ministério de Minas e Energia. Esta autorização vigorará pelo prazo de 35 anos contados a partir da publicação da Portaria.

O Parque Eólico firmou com 14 distribuidoras do setor de energia elétrica, Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, com início de suprimento em 01 de setembro de 2013 e vigência até 31 de agosto de 2033.

A Companhia conta com a implantação de 15 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 30 MW e energia contratada de 12,8MW médios. Em setembro de 2013, o Parque Eólico foi considerado “Apto a operação comercial” porém teve que aguardar a finalização das Instalações de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG) de Lagoa Nova II, para conexão ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Só após a conexão sua operação comercial foi iniciada. Independente da conexão recebeu receita.

No final do ano de 2015, a subestação Lagoa Nova II, da CHESF, teve suas obras encerradas e então, no dia 31 de dezembro de 2015 foi emitido o despacho ANEEL de operação em teste (nº 4.164) para a usina Calango 2, condicionando a entrada em operação comercial desta em até 30 dias após a sua publicação. Em sequência, em 30 de janeiro de 2016, este parque teve sua operação comercial iniciada.

A Companhia vem apresentando constantemente fluxos de caixa positivos gerados por suas atividades operacionais, entretanto em 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresentou capital circulante líquido (“CCL”) negativo de R\$ 4.597 e R\$ 3.898, respectivamente. A Companhia prevê que continuará a gerar fluxos de caixa operacionais suficientes para equalizar o CCL negativo a médio prazo. Caso necessário, o acionista controlador se compromete a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações.

1.1 Gestão de Riscos

As Diretrizes e Limites de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A. em abril de 2025, compostas pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos Corporativos e pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos específicos para cada Negócio, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores do Grupo Neoenergia.

O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos.

Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

1.1.1 Gestão de Riscos Financeiros e Mercado

As Diretrizes e Limites de Riscos Financeiros se aplicam a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas da Neoenergia e de suas controladas.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' nem 'alavancados'.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, ao CDI.	Gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das Diretrizes de Riscos Financeiros e de Crédito.

Risco de taxas de juros e índices de preços

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externos (ex: CDI, TJLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros dívida e rendimentos das aplicações financeiras que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

A Companhia monitora continuamente as taxas mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de preço de *commodities*

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais.

Commodities metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de infraestrutura, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia.

Commodities energéticas – Energia elétrica: os preços das *commodities* energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia elétrica como demanda e oferta, hidrologia, gás, recursos eólicos e solares, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de *commodities* energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pelo negócio busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos, além da capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos.

Em 31 de dezembro 2025, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (veja nota 13).

Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

1.1.2 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

O risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições da sua Diretriz de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2025.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	-	AAA
BNDES	AAA	AAA	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA

1.1.3 Risco associados à geração de energia

A energia comercializada pela Companhia depende das condições e variações do recurso eólico, impactado por condições climáticas. Além da variabilidade do recurso, a Companhia pode estar exposta a riscos associados à redução da geração decorrente de eventos por *curtailment* (restrições de geração por fatores externos) e indisponibilidade operacional, que podem comprometer as projeções de geração do negócio.

1.1.4 Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada
Terrorismo	01/06/2025 a 01/06/2026	202.543
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2025 a 31/05/2026	36.000
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2025 a 31/05/2026	44.000
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2025 a 31/05/2026	202.543

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC)

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 6 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. O real brasileiro é a moeda funcional da Companhia.

2.3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis materiais são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota Estimativas e julgamentos significativos

3.2	Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
7.1.2	Tributos sobre o lucro
9.2	Perdas de crédito esperadas (PCE)
11.1	Imobilizado
14.2	Provisões e outras obrigações

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO).	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Conseqüentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva

A Companhia não identificou impactos relevantes na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2026:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva
IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade	IFRS 19 simplifica as exigências de divulgação de entidades que são subsidiárias sem responsabilidade pública, permitindo que estas utilizem as <i>IFRS Accounting Standards</i> para fins de reconhecimento e mensuração, mas com requisitos de divulgação reduzidos. Essa norma se aplica somente as entidades que: (i) sua controladora consolida as informações aplicando a <i>IFRS 10 Consolidated Financial Statements</i> e disponibiliza a demonstração financeira consolidada para o público geral, e (ii) a entidade não possui títulos e valores mobiliários sendo negociados em mercado, seja bolsa ou balcão.	01/01/2027

A Companhia espera impactos substanciais na apresentação da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este normativo em suas demonstrações financeiras.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2025	2024
Fornecimento de energia	33.716	30.026
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	289	207
Receita operacional bruta	34.005	30.233
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(3.455)	(3.392)
Receita operacional, líquida	30.550	26.841

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

3.1 Deduções da receita bruta

	2025	2024
Tributos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(2.106)	(2.110)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(1.220)	(1.158)
	(3.326)	(3.268)
Encargos setoriais		
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica - TSFEE	(129)	(124)
	(129)	(124)
Total	(3.455)	(3.392)

3.2 Política contábil material e julgamentos críticos

a) Política contábil material

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A Companhia vende a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre ('ACL'), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado ('ACR'), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores.

A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo são reconhecidos no momento da transação, sendo o preço vinculado ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

b) Estimativas e julgamento crítico

Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	2025	2024
Compra para revenda		
Energia adquirida no ambiente de contratação livre – ACL	(778)	(744)
Energia curto prazo – PLD ⁽¹⁾	(74)	(89)
Outros	(14)	(13)
Subtotal	(866)	(846)
Encargos de uso dos sistemas de transmissão		
Encargos de rede básica	(1.959)	(1.845)
Encargos de conexão	(284)	(250)
Subtotal	(2.243)	(2.095)
Total dos custos com energia elétrica	(3.109)	(2.941)

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2025		
	Custos de operação	Outras Receitas / Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(353)	(149)	(502)
Serviços de terceiros (nota 5.1)	(4.115)	(147)	(4.262)
Depreciação e amortização	(4.825)	(12)	(4.837)
Outras receitas e despesas, líquidas ⁽¹⁾	(538)	(21)	(559)
Total	(9.831)	(329)	(10.160)
	2024		
	Custos de operação	Outras Receitas / Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(185)	(187)	(372)
Serviços de terceiros (nota 5.1)	(4.066)	(130)	(4.196)
Depreciação e amortização	(4.320)	(5)	(4.325)
Provisão pra processos judiciais	-	(331)	(331)
Outras receitas e despesas, líquidas ⁽¹⁾	(248)	(41)	(289)
Total	(8.819)	(694)	(9.513)

(1) Inclui materiais, aluguéis, tributos e demais custos diversos.

5.1 Serviços de terceiros

	2025	2024
Serviços técnicos e manutenções	(3.689)	(3.719)
Consultoria e auditoria	(14)	(14)
Comunicação	(44)	(40)
Vigilância	(231)	(255)
Outros serviços	(284)	(168)
Total	(4.262)	(4.196)

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	4.112	2.450
Atualização de depósitos judiciais	1	12
	4.113	2.462
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida ⁽¹⁾	(3.262)	(3.238)
Outras despesas financeiras ⁽²⁾	979	(1.371)
	(2.283)	(4.609)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Outras variações monetárias, líquidas	16	15
	16	15
Resultado financeiro líquido	1.846	(2.132)

(1) Inclui a parcela variável dos juros relacionada a indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (TJLP) e amortização de custo de captação;

(2) Inclui IOF, atualização de desmantelamento e do passivo de arrendamento. Em 2025 ocorreu a reavaliação da atualização de desmantelamento no valor de R\$ 1.730.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

7.1 Tributos sobre o lucro

A Companhia possui como regime de apuração o lucro presumido. Sendo assim, o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício corrente são calculados de acordo com o percentual de presunção sobre a receita bruta e posteriormente calculados com base nas alíquotas de 25% para o IRPJ e 9% para a CSLL. Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício.

7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	19.127	12.256
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(6.503)	(4.167)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Diferença de presunção de base do lucro presumido	4.099	2.377
Tributos sobre o lucro	(2.404)	(1.790)
Alíquota efetiva	13%	15%
Corrente	(2.404)	(1.790)

7.1.2 Política contábil material e julgamentos críticos

(a) Política contábil material

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Os tributos sobre o lucro são calculados com base nas alíquotas vigentes no Brasil e reconhecidos considerando as diferenças temporárias entre os valores contábeis e as bases fiscais dos ativos e passivos, bem como os prejuízos fiscais apurados. Ativos e passivos fiscais são compensados quando existe direito legalmente exequível para tal compensação e quando ambos se referem à mesma autoridade fiscal e à mesma entidade tributável.

A Companhia possui como regime de apuração o lucro presumido, de modo geral, nesse regime não são constituídos tributos diferidos ativos por não possibilidade de compensação de eventuais diferenças temporárias ou prejuízos fiscais. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia.

A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	2.620	2.418
Fundos de investimento	10.447	9.085
Total	13.067	11.503

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2025 é de 99,88% do CDI (99,90% em 31 de dezembro de 2024).

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

Carteira	2025	2024
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	10.447	9.085
Total	10.447	9.085

Os fundos de investimentos exclusivos do grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. para que o grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2025			2024		
	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Fornecimento de energia	3.065	(2)	3.063	2.857	(2)	2.855
Comercialização de energia na CCEE	9	-	9	4	-	4
Total	3.074	(2)	3.072	2.861	(2)	2.859

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	2025		2024	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	3.028	(2)	2.857	(2)
Saldos vencidos:	37	-	-	-
90 dias	37	-	-	-
Total	3.065	(2)	2.857	(2)

9.1 Variação das perdas de créditos esperadas – PCE

	2025	2024
Saldo Inicial	(2)	(3)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	-	1
Saldo Final	(2)	(2)

9.2 Política contábil material e julgamentos críticos

a) Política contábil material

As contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 17.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas.

b) Estimativas e julgamento críticos

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de curto prazo utilizando matriz de perda baseada em histórico de inadimplência, ajustada por informações atuais e projeções futuras, quando aplicável. Essa abordagem considera as características específicas de cada linha de negócio.

O negócio de geração de energia não apresenta histórico de inadimplência relevante. Devido às garantias exigidas em leilões e contratos bilaterais, a exposição ao risco de crédito é residual. A CCEE também controla inadimplências do setor, reduzindo ainda mais o risco. Assim, o nível de para perdas esperadas crédito é considerado irrelevante.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2025	2024
Saldo inicial	16.875	9.071
Aplicação	7.472	11.587
Resgate	(5.257)	(5.108)
Rendimentos	2.483	1.325
Saldo final	21.573	16.875

Os títulos e valores mobiliários são compostos por aplicações em cotas de fundos de investimento, cujo montante total representa fundos de reserva que são exigidos pelo BNDES através dos contratos de financiamento, que se destinam ao pagamento de dividendos e de gastos de operação e manutenção (O&M).

Os fundos de investimento possuem inúmeros títulos em suas carteiras, com vencimentos variados e adquiridos em conformidade com os respectivos regulamentos.

Apresentam uma remuneração máxima equivalente a 99,52% em 31 de dezembro de 2025 (98,86% em 31 de dezembro de 2024) do CDI e liquidez diária.

11. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstradas conforme a seguir:

	Parques eólicos	Construções e terrenos	Outros	Ativos em construção	Total
Taxa de depreciação a.a	2,64% - 16,67%	2,84% - 4,72%	6,25% - 14,29%	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	63.160	14.276	-	4.037	81.473
Adições	-	-	-	4.204	4.204
Baixas ⁽¹⁾	(2.905)	-	-	-	(2.905)
Depreciação	(3.258)	(683)	(6)	-	(3.947)
Transferências entre classes	6.696	-	98	(6.794)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	63.693	13.593	92	1.447	78.825
Custo	108.079	23.693	98	1.447	133.317
Depreciação acumulada	(44.386)	(10.100)	(6)	-	(54.492)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	66.309	14.983	-	110	81.402
Adições	113	-	-	3.978	4.091
Depreciação	(3.274)	(724)	-	-	(3.998)
Transferências entre classes	34	17	-	(51)	-
Transferências - Outros ativos	(22)	-	-	-	(22)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	63.160	14.276	-	4.037	81.473
Custo	104.612	23.692	82	4.037	132.423
Depreciação acumulada	(41.452)	(9.416)	(82)	-	(50.950)

(1) O valor de R\$ 2.905 refere-se a reavaliação da provisão de desmantelamento conforme nota 14.

11.1 Política contábil material e julgamentos críticos

a) Política contábil material

A Companhia classifica no imobilizado os ativos tangíveis, com vida útil definida de longa duração, vinculada às operações cujo preço ou tarifa não é controlada pelo poder concedente.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*).

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados em montante superior aos seus valores de recuperação.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais que representam as vidas úteis estimadas dos bens, estimados pela Administração da Companhia. De modo geral, a vida útil da obra civil e as torres dos aerogeradores dos parques eólicos possuem 25 anos para as partes móveis e 40 anos para as partes fixas, limitado ao prazo da outorga de operação do parque eólico. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando aplicáveis.

12. FORNECEDORES

A composição do saldo de fornecedor é como segue:

	2025	2024
Energia elétrica	147	158
Encargos de uso da rede	162	162
Materiais e serviços	573	3.044
Total	882	3.364

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

13.1 Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo.

A dívida líquida é composta como segue:

	2025	2024
Agências de fomento	26.344	31.569
Empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	26.344	31.569
Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(13.067)	(11.503)
Títulos e valores mobiliários (nota 10)	(21.573)	(16.875)
Dívida líquida	(8.296)	3.191

(1) No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos serem para amortização dessas dívidas.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

13.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agências de fomento, denominadas em Real brasileiro ("R\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subseqüentemente, as dívidas são reconhecidas pelo custo amortizado.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	2025	2024
Denominados em R\$	28.561	33.922
Indexados a taxas flutuantes	28.561	33.922
	28.561	33.922
Depósitos em garantia	(2.217)	(2.353)
	26.344	31.569
Passivo circulante	6.309	6.166
Passivo não circulante	20.035	25.403

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	2025	2024
Custo médio em % CDI ⁽¹⁾	77,70%	86,51%
Custo médio em taxa pré	11,20%	9,39%
Saldo da dívida	26.344	31.569

(1) A taxa considera o saldo médio da dívida de 13 meses e o resultado da dívida acumulado e o CDI médio dos últimos 12 meses.

b) Fluxo de pagamentos futuros de dívida

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal ⁽¹⁾	Juros ⁽¹⁾	Total
2026	6.300	2.073	8.373
2027	6.485	1.616	8.101
2028	6.676	1.135	7.811
2029	6.873	618	7.491
2030	4.102	107	4.209
Total	30.436	5.549	35.985

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) em vigor em 31 de dezembro de 2025 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025, o prazo médio do vencimento do endividamento da Companhia é de 2,38 anos (2,88 anos em 31 de dezembro de 2024).

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	31.569	37.285
Efeito no fluxo de caixa:		
Amortizações de principal	(6.126)	(6.025)
Pagamento de encargos de dívida	(2.497)	(2.960)
Aplicação (resgate) dos depósitos em garantia	136	31
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	3.262	3.238
Saldo final do exercício	26.344	31.569

d) Condições restritivas financeiras (Covenants)

Em 31 de dezembro de 2025, as controladas da FE Participações S.A. possuem 100% dos contratos de dívida com *covenants*. O principal *covenant* obriga a manter certo índice, como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida.

As controladas não identificaram nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Abaixo seguem os principais parâmetros e as medições estimadas em geral:

	Limites contratual inferior ⁽¹⁾	Medição ⁽²⁾ em 31.12.2025	Medição ⁽²⁾ em 31.12.2024
Consolidado FE Participações:			
ICSD	≥ 1,3	5,31	4,04

(1) Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de apuração, podendo ser trimestralmente ou anualmente. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas;

(2) Índices gerais alcançados pelas informações consolidadas apresentadas nessa demonstração financeira. A FE Participações S.A. é avalista e garantidora das dívidas de suas subsidiárias, dessa forma, alguns *covenants* financeiros possuem como base de apuração os valores consolidados da FE Participações S.A.

A Companhia possui *covenants* não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos *covenants* financeiros. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificados nenhum descumprimento de *covenants* não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras.

e) Política contábil material

As dívidas e os outros passivos financeiros são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

14. PROVISÕES, OUTRAS OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2025	2024
Provisões para processos judiciais (nota 14.1)	16	14
Provisão para obrigações ambientais	657	300
Provisão para obrigações para desmantelamento de ativos (nota 14.2)	1.302	4.997
Provisões ressarcimentos (nota 14.2)	8.129	5.132
	10.104	10.443
Passivo circulante	8.704	5.312
Passivo não circulante	1.400	5.131

14.1 Provisão para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Provisões cíveis
Saldos em 31 de dezembro de 2024	14
Atualização monetárias	2
Saldos em 31 de dezembro de 2025	16
Saldos em 31 de dezembro de 2023	13
Atualização monetárias	1
Saldos em 31 de dezembro de 2024	14

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, e são apresentados a seguir:

	2025	2024
Processos cíveis	15	13
Processos fiscais	106	4.329
	121	4.342

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue:

Processos fiscais: A Companhia possuía em 2024 processos judiciais referentes a ações tributárias de autos de infração fiscal referente à ISS e taxas diversas sobre contratos de fornecimentos de materiais e serviços para a construção do parque eólico. Em 2025 após o julgamento do recurso da empresa e do arquivamento do auto de infração, o caso foi encerrado.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

	2025	2024
Processos cíveis	9	8
	9	8

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente pela taxa SELIC, para os processos fiscais, e taxa TR mais 0,5% a.m., para os demais processos.

14.2 Política contábil material e julgamentos críticos

a) Política contábil material

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

(i) Provisão para litígios e passivos contingentes

O valor relacionado à parcela principal da provisão é reconhecido no resultado operacional ou imobilizado/intangível em função da correlação direta das operações da Companhia e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

(ii) Provisão para desmantelamento e ambiental

As provisões para desmantelamento e ambiental são decorrentes do valor presente dos fluxos estimados para o cumprimento das obrigações relacionadas e seu reconhecimento inicial é em contrapartida ao Imobilizado, e o efeito do valor do dinheiro no tempo é reconhecido no resultado do exercício, como resultado financeiro. O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento do parque eólico. Os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações não são abatidos do montante provisionado.

(iii) Provisão para ressarcimento

A provisão de ressarcimento é reconhecida em contrapartida o resultado do exercício, como receita líquida.

b) Estimativas e julgamento críticos

(i) Provisão para litígios e passivos contingentes

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

(ii) Provisão para desmantelamento

É necessário o julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração das obrigações para desmantelamento dos parques eólicos, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento, tais como, taxa de juros, custo de fechamento e a vida útil do ativo considerando o estágio atual de depreciação. Qualquer alteração nessas premissas pode afetar significativamente o valor do passivo reconhecido. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados, que levam em consideração o custo base de restauração e desmobilização das áreas exploradas.

No exercício de 2025, a Companhia revisou as premissas utilizadas na formação dos gastos estimados para o desmantelamento dos parques, alinhando as projeções de mão de obra, materiais e serviços às especificidades de cada região do Brasil. Adicionalmente, a Companhia estendeu o prazo estimado para execução desses gastos em aproximadamente 1 (um) ano e 6 (seis) meses.

O valor da obrigação é descontado ao valor presente utilizando uma taxa nominal antes dos impostos que reflete a avaliação atual do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do passivo e é liquidado pelo desembolso de caixa referente ao fechamento dos parques eólicos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a taxa de desconto utilizada foi 12,98% e 11,86%, respectivamente. A inflação implícita foi equivalente a 3,40% em 31 de dezembro de 2025 (3,50% em 31 de dezembro 2024).

(iii) Provisão para ressarcimento

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas prováveis pela energia contratual não entregue no exercício social corrente. Esta provisão é constituída considerando os valores estimados apurados pelos especialistas baseado nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia.

As provisões são tempestivamente ajustadas de acordo com as novas estimativas apuradas. A realização ocorre no primeiro ano subsequente ao quadriênio, amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's) da Companhia.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1 Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 40.895 (R\$ 40.895 em 31 de dezembro de 2024), representando 40.894.910 ações ordinárias, todas pertencentes à FE Participações S.A.

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

15.2 Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia, foi calculada da seguinte forma:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	16.723	10.466
Reserva legal	(836)	(523)
Lucro líquido ajustado	15.887	9.943
Reserva para investimentos	(11.915)	(7.457)
Lucro líquido a distribuir	3.972	2.486
Remuneração		
Mínimo obrigatório	3.972	2.486
	3.972	2.486
Natureza da remuneração		
Dividendos	3.972	2.486
	3.972	2.486

Os valores deliberados aos acionistas da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
2025			
AGOE de 30 de abril de 2024	Dividendos mínimos obrigatórios	2.486	0,6078983
		2.486	
2024			
AGOE de 30 de abril de 2024	Dividendos mínimos obrigatórios	2.843	0,0695195
		2.843	

A remuneração a pagar aos acionistas está apresenta como segue:

	2025	2024
Saldos iniciais	2.486	2.843
Dividendos:		
Declarados no exercício	3.972	2.486
Pagos no exercício	(2.486)	(2.843)
Saldos finais	3.972	2.486

15.3 Reservas de lucros

15.3.1 Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital.

15.3.2 Reserva para investimento

Como previsto no estatuto social da Companhia, o montante que excede a distribuição de dividendo mínimo obrigatório deve ser destinado para reserva de investimentos que não excederá 80% do capital subscrito, importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, na qual é destinada para financiar a expansão das atividades da Companhia ou criação de novos empreendimentos.

15.4 Política contábil material

O Capital social representa valores recebidos dos sócios e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são coligadas, acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

16.1 Saldo em aberto com partes relacionadas

	2025			2024		
	Subsidiárias da Neoenergia S.A.	Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia S.A.	Acionista	Total
Ativo						
Contas a receber e outros (a/b)	593	-	593	452	-	452
	593	-	593	452	-	452
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar (a)	159	-	159	163	-	163
Dividendos a pagar (c)	-	3.972	3.972	-	2.486	2.486
Outros Passivos	51	-	51	41	-	41
	210	3.972	4.182	204	2.486	2.690

16.2 Transações com partes relacionadas

	2025		2024	
	Subsidiárias da Neoenergia S.A.	Total	Subsidiárias da Neoenergia S.A.	Total
Resultado do exercício				
Receita operacional líquida (a/b)	3.836	3.836	3.533	3.533
Custos dos serviços (a)	(1.080)	(1.080)	(896)	(896)
Despesas gerais e administrativas	(149)	(149)	(187)	(187)
	2.607	2.607	2.450	2.450

CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

16.3 Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas nos itens 16.1 e 16.2 referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a)	NC Energia	Contrato de compra venda de energia elétrica	N/A	1 ano	2025	273	939
b)	Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Coelba	Contrato de comercialização de energia	IPCA	20 anos	2032	183	2.118
c)	FE Participações S.A	Dividendos a pagar	-	-	2025	(3.972)	-

16.4 Remuneração da administração (pessoal-chave)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve remuneração da administração da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pela Neoenergia S.A.

17. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

17.1 Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2025		2024	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	2.620	10.447	2.418	9.085
Títulos e valores mobiliários	-	21.573	-	16.875
Contas a receber de clientes e outros	3.074	-	2.861	-
	5.694	32.020	5.279	25.960
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar	882	-	3.364	-
Empréstimos e financiamentos	26.344	-	31.569	-
Passivo de arrendamento	2.543	-	2.479	-
Outros passivos financeiros	186	-	158	-
	29.955	-	37.570	-

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

17.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos;

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 17.7, (análise de sensibilidade).

17.3 Instrumentos Financeiros Reconhecidos Pelo Valor Justo (“VJR”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2025		2024	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	10.447	10.447	9.085	9.085
Títulos e valores mobiliários	21.573	21.573	16.875	16.875
	32.020	32.020	25.960	25.960

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

17.4 Instrumentos Financeiros Reconhecidos Pelo Custo Amortizado (“CA”)

Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2025		2024	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	26.344	26.344	31.569	31.569

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

17.5 Política contábil material

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

17.6 Métodos e técnicas de avaliação

(i) Empréstimos e financiamentos

O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado.

17.7 Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado par aos próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir 31 de dezembro de 2025.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data da análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2025.

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	14,90%	34.237	1.210	(174)	(350)
Passivos financeiros							
Empréstimos, Financiamentos							
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	9,19%	(28.561)	(3.241)	(394)	(787)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Fabiano Uchoas Ribeiro
Diretor Presidente

Diretores

Marcelo José Cavalcanti Lopes
Rodolfo Fernandes da Rocha

CONTADORA

Rachel Alves Pascale
CRC-RJ-Nº 115915/O-3

Luciana Maximino Maia
Diretora de Contabilidade

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia **Calango 2 Energia Renovável S.A.**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.107.047/0001-38, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu relativamente às demonstrações financeiras da Calango 2 alusivas ao exercício social findo em 31.12.2025; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Calango 2 relativas ao exercício social findo em 31.12.2025.

Rio de Janeiro, 6 de março de 2026.

Fabiano Uchoas Ribeiro

Diretor Presidente

Marcelo José Cavalcanti Lopes

Rodolfo Fernandes da Rocha

Diretores